

Ocupação feminina volta a crescer, após dois anos em declínio

Após dois anos em declínio, o número de postos de trabalho volta a aumentar para as mulheres da RMS, em 2017, todavia, a População Economicamente Ativa (PEA) aumentou entre elas com maior intensidade. Com isso, o contingente de mulheres desempregadas também elevou-se. Por conseguinte, sua taxa de desemprego cresceu, chegando ao maior patamar anual, desde 2006. Para os homens, os movimentos foram os mesmos, contudo, o acréscimo na ocupação se deu em proporção maior que o aumento da PEA, o que fez com que o desemprego masculino permanecesse praticamente estável, frente ao observado em 2016. O rendimento médio real no trabalho principal cresceu para as mulheres em intensidade superior que para os homens. Esses movimentos, ainda que tenham, por um lado, aumentado a diferença entre as taxas de desemprego de homens e mulheres, por outro, promoveram redução no diferencial entre seus rendimentos no mercado de trabalho, cuja desigualdade chegou ao menor patamar observado na série histórica da Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Salvador (PED-RMS), iniciada em 1997.

O aumento da ocupação não foi suficiente para reduzir o desemprego entre as mulheres, o que levou a uma piora na sua inserção ocupacional, haja vista terem diminuído a sua participação entre os ocupados e aumentado entre os desempregados. Em termos setoriais, elevaram sua presença relativa na Indústria de Transformação e no Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas, enquanto reduziu nos Serviços, setor com maior peso na estrutura ocupacional feminina. Relativamente à posição ocupacional, elas aumentaram um pouco a importância do Setor Público, mas, assim como entre os homens, tiveram decréscimo da representação do setor privado com carteira de trabalho assinada na sua estrutura ocupacional.

Cabe destacar que, apesar das mulheres terem reduzido as diferenças de rendimentos frente aos homens, elas persistem auferindo rendimentos médios inferiores aos deles, em qualquer posição ocupacional ou setor de atividade analisados. Por outro lado, o aumento da sua já elevada taxa de desemprego, intensifica suas dificuldades de inserção no mercado de trabalho.

Este Boletim Especial Mulheres tem por objetivo atualizar esses e outros indicadores sobre a inserção feminina no mercado de trabalho regional, utilizando como fonte de informações a base de dados da PED-RMS, executada pela SEI, em parceria com o Dieese, a Setre-BA e a Fundação Seade do Estado de São Paulo, com apoio do MTb/FAT.

Aumenta a Taxa de desemprego das mulheres em 2017

1. Após dois anos em declínio, o número de pessoas trabalhando na Região Metropolitana de Salvador (RMS) apresentou acréscimo em 2017, com aumento de 2,4% ou de 34 mil pessoas. Como a População Economicamente Ativa aumentou em 45 mil pessoas, o contingente de desempregados cresceu 11 mil. Com esses movimentos, a taxa de desemprego total na RMS permaneceu no mesmo patamar de 2016, 24,1%. Conforme informações da PED-RMS, o crescimento da ocupação na RMS, em 2017, beneficiou mais aos homens (mais 23 mil postos) que às mulheres (11 mil), ainda que o número de homens (mais 24 mil) na força de trabalho tenham aumentado mais que o de mulheres (mais 21 mil), o que denota maiores dificuldades encontradas por elas em acessar postos de trabalho (Tabela 1).

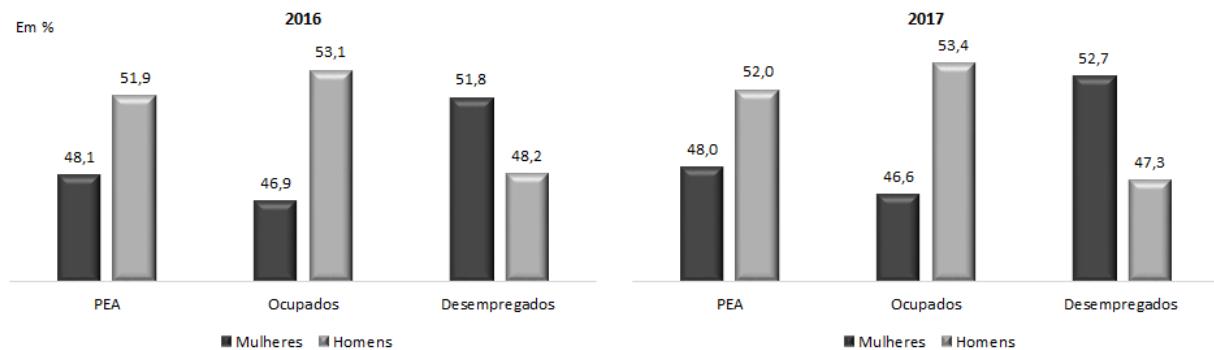
Tabela 1: Estimativa da População Economicamente Ativa, da População Ocupada e Desempregada, Segundo o Sexo
Região Metropolitana de Salvador - RMS
2016 e 2017

Condição de Atividade	2016			2017			Variação Absoluta 2016-		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
PEA	1.892	982	910	1.937	1.006	931	45	24	21
Ocupados	1.436	763	673	1.470	786	684	-64	23	-11
Desempregados	456	220	236	467	221	246	11	1	10

Fonte: PED-RMS – Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTb/FAT.

2. O aumento da PEA em intensidade superior que o acréscimo da ocupação fez com que o contingente de mulheres desempregadas se elevasse (4,2% ou 10 mil pessoas). Já, entre os homens, o contingente de desempregados pouco se alterou (0,5% ou mais 1 mil pessoas). Tanto entre as mulheres quanto entre os homens, elevaram-se as proporções de pessoas jovens, com idade entre 16 e 24 anos, e de pessoas na faixa de 40 a 49 anos de idade e de não negros entre os desempregados (Tabelas 8 e 9 – Anexo Estatístico). Esses movimentos representaram pequenas mudanças na distribuição de homens e de mulheres no mercado de trabalho, aumentando relativamente a desigualdade entre suas inserções. A sobre representação das mulheres entre os desempregados, sempre significativa, cresceu, depois de dois anos em redução, passando de 51,8% para 52,7% entre 2016 e 2017. Houve leve redução na proporção de mulheres na população ocupada – de 46,9% para 46,6%; e relativa estabilidade na sua participação no mercado de trabalho, que passou de 48,1% para 48,0% (Gráfico 1).

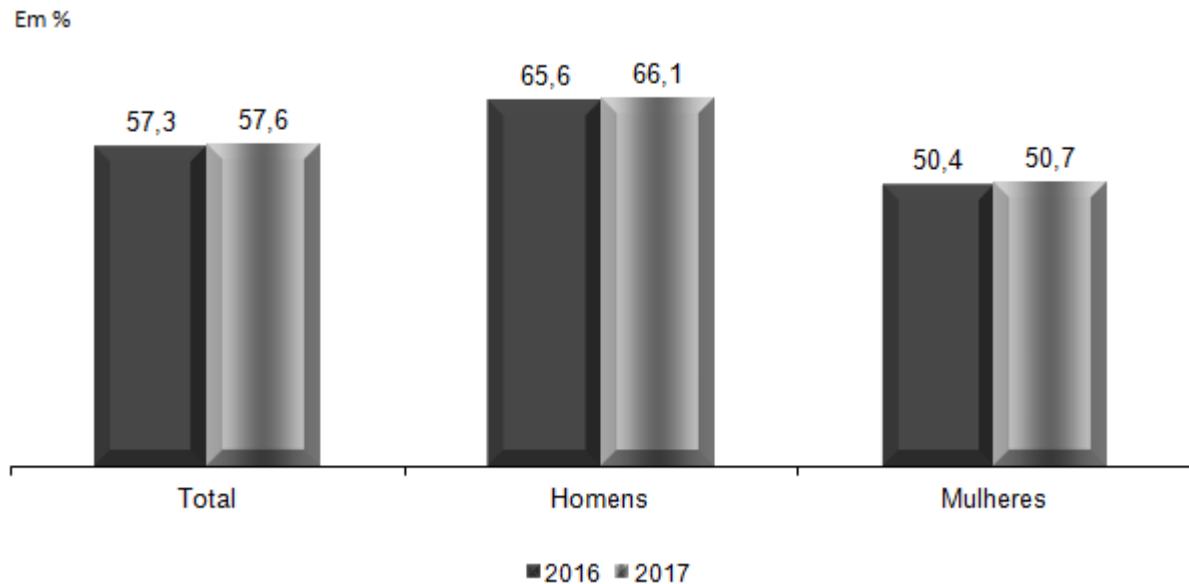
Gráfico 1: Distribuição da População Economicamente Ativa, da População Ocupada e Desempregada, Segundo o Sexo
 Região Metropolitana de Salvador - RMS
 2016 e 2017



Fonte: PED-RMS – Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTb/FAT.

3. O aumento no número de mulheres no mercado de trabalho em 2017 implicou em leve crescimento na sua taxa de participação (0,3 p.p) – indicador que estabelece a proporção de pessoas com dez anos de idade ou mais presentes no mercado de trabalho, como ocupadas ou desempregadas. A taxa participação dos homens, que anteriormente já era bastante superior, cresceu em maior proporção. Enquanto a participação feminina passou de 50,4% da População em Idade Ativa (PIA), em 2016, para, 50,7% em 2017, a dos homens aumentou de 65,6% para 66,1%, no mesmo período (Gráfico 2).

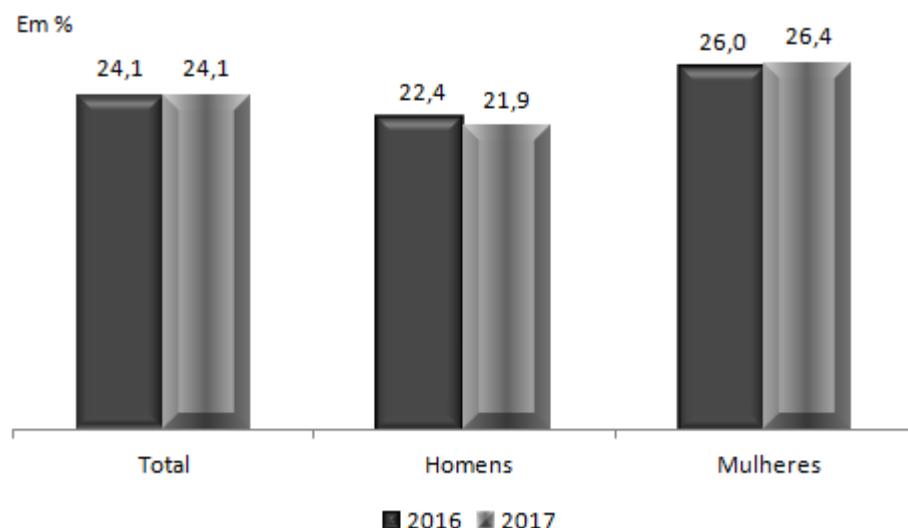
GRÁFICO 2: Taxa de Participação, Segundo o Sexo
Região Metropolitana de Salvador - RMS
2016 e 2017



Fonte: PED-RMS – Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTb/FAT.

4. O crescimento da PEA feminina em proporção superior ao aumento do número de postos de trabalho acresceu sua taxa de desemprego, movimento contrário ao observado entre os homens. No ano de 2017, a taxa de desemprego feminina cresceu de 26,0% para 26,4%, enquanto a masculina diminuiu de 22,4% para 21,9%. Com esses resultados, a distância existente entre as taxas de desemprego de homens e de mulheres ficou maior (Gráfico 3).

**GRÁFICO 3: Taxa de Desemprego Total, Segundo o Sexo
Região Metropolitana de Salvador - RMS
2016 e 2017**



Fonte: PED-RMS – Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTb/FAT.

Ocupação feminina cresce, depois de dois anos em declínio

5. No ano de 2017 houve geração de 11 mil postos de trabalho para as mulheres, com impacto positivo sobre as mulheres mais velhas, com idade acima dos 40 anos de idade, e que com nível superior de escolaridade (ver Tabelas 11 e 13 do Anexo Estatístico). Em termos setoriais, esse resultado derivou de aumento no número de postos de trabalho na Indústria de Transformação (7,7%), no setor de Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas (5,8%) e nos Serviços (1,0%). Entre a população masculina houve geração de 23 mil postos de trabalho, fruto do aumento da ocupação no setor de Serviços (5,8%) e no Comércio e reparação (1,8%), haja vista o número de postos de trabalho ter diminuído, para eles, na Indústria de transformação (-3,6%) e, em menor proporção, na Construção (-0,9%). Destaque-se que, entre as mulheres, a amostra na Construção não comportou a desagregação (ver Tabelas 17 e 18 do Anexo Estatístico).
6. O comportamento da ocupação feminina modificou levemente a sua estrutura ocupacional setorial entre os anos de 2016 e 2017. Verificou-se aumento da importância da Indústria de transformação e do Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas, enquanto reduziu a dos Serviços (Tabela 2).

Tabela 2: Distribuição dos Ocupados por Setor de Atividade, Segundo o Sexo
 Região Metropolitana de Salvador - RMS
 2016 e 2017

Setor de Atividade	Em porcentagem					
	2016			2017		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Total de Ocupados (1)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Indústria de transformação (2)	7,5	10,7	3,9	7,3	10,1	4,1
Construção (3)	7,9	14,0	(6)	7,5	13,5	(6)
Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas (4)	19,5	21,0	17,9	19,7	20,7	18,5
Serviços (5)	63,2	51,7	76,2	63,6	53,1	75,7

Fonte: PED-RMS – Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTb/FAT.

(1) Inclui agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (Seção A); indústrias extrativas (Seção B); eletricidade e gás (Seção D); água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação (Seção E); organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais (Seção U); atividades mal definidas (Seção V). As seções mencionadas referem-se à CNAE 2.0 domiciliar.

(2) Seção C da CNAE 2.0 domiciliar. (3) Seção F da CNAE 2.0 domiciliar. (4) Seção G da CNAE 2.0 domiciliar.

(5) Seções H a T da CNAE 2.0 domiciliar. (6) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

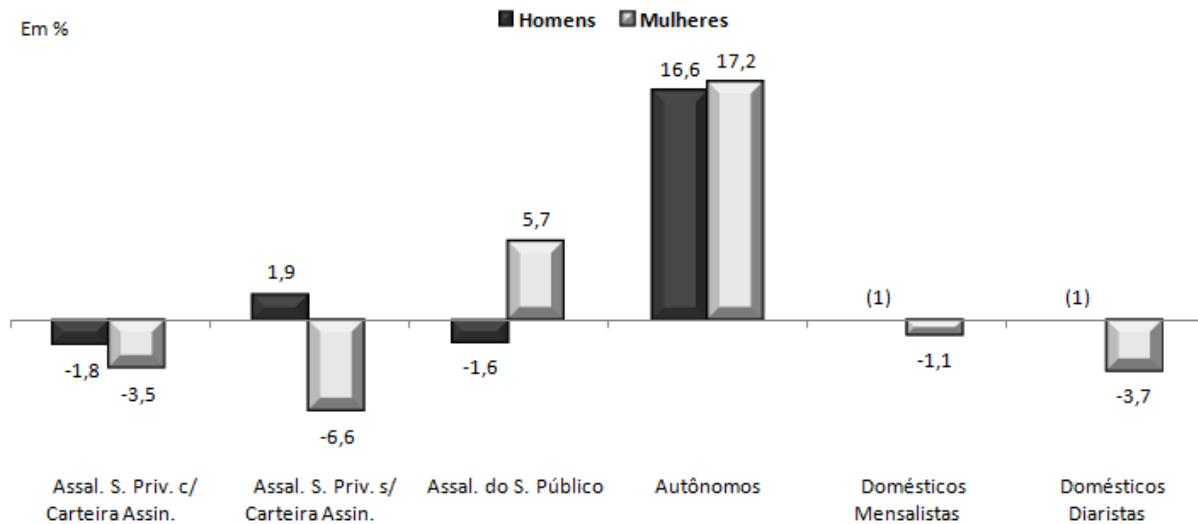
(6) A amostra não comporta desagregação para essa categoria.

7. Em relação às formas de inserção no mercado de trabalho, o acréscimo no nível ocupacional feminino, em 2017, derivou de aumentos verificados no agregado Demais posições, que inclui empregadores, donos de negócios familiares, trabalhadores familiares sem remuneração e outras posições (crescimento de 21,9%), Trabalho autônomo (17,2%) e no Setor público (5,7%). Já que houve declínio do nível ocupacional feminino no assalariamento no Setor privado Com carteira assinada (-3,5%) e Sem carteira assinada (-6,6%), além dos Serviços domésticos (-1,8%), tanto para as Diaristas (-3,7%) quanto para as Mensalistas (-1,1%). Os homens também tiveram aumento no Trabalho autônomo (16,6%) e no agregado Demais posições (11,6%), além do acréscimo no assalariamento no Setor privado sem carteira de trabalho assinada (1,9%). Por outro lado, eles perderam postos de trabalho em posições mais estruturadas, como no Setor privado com carteira de trabalho assinada (-1,8%) e no Setor público (-1,6%) (Gráfico 4).
8. Cabe destacar que os movimentos observados no ano de 2017, elevou o número de mulheres em posições independentes e, de modo geral, mais precárias, como o Trabalho autônomo e o agregado Demais posições, por um lado, e no Setor público, onde a forma de inserção tende a ser mais estruturada, por outro. Mas, também, reduziu sua presença no emprego Assalariado no setor privado com carteira de trabalho assinada que, tem maiores garantias trabalhistas e sociais que as posições independentes e autônomas. Com isso, para citar as mudanças mais significativas, o trabalho com carteira assinada diminuiu a sua importância na estrutura ocupacional das mulheres, de 46,6% para 44,3% e, o trabalho autônomo e a inserção nas

Demais posições ocupacionais elevaram as suas representatividades, de 14,7% para 16,9% e de 4,8% para 5,8%, respectivamente (ver Tabela 19 do Anexo Estatístico).

GRÁFICO 4: Variação no Nível de Ocupação por Posição na Ocupação, Segundo o Sexo

Região Metropolitana de Salvador - RMS
2017/2016



Fonte: PED-RMS – Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTb/FAT.
Nota (1): A amostra não comporta desagregação para esta categoria.

Rendimento médio real aumentou mais para as mulheres que para os homens

9. No período 2016-2017, o rendimento médio real no trabalho principal elevou-se para as mulheres ocupadas (5,6%) e, em menor medida, para os homens (3,2%). O valor recebido pelas mulheres passou de R\$ 1.277 para R\$ 1.349 e o dos homens, de R\$ 1.562 para R\$ 1.612 (Tabela 3).

TABELA 3: Rendimento Médio Real (1), Jornada Semanal Média e Rendimento Médio Real por Hora (1) dos Ocupados (2) no Trabalho Principal, Segundo o Sexo
Região Metropolitana de Salvador - RMS
2016 e 2017

Sexo	Rendimento médio real mensal (em R\$)	Jornada semanal média (em horas)	Rendimento médio por hora (em R\$)
Homens			
2016	1.562	42	8,69
2017	1.612	43	8,76
Mulheres			
2016	1.277	38	7,85
2017	1.349	39	8,08
Variação 2017/2016 (%)			
Homens	3,2	1	0,8
Mulheres	5,6	1	2,9

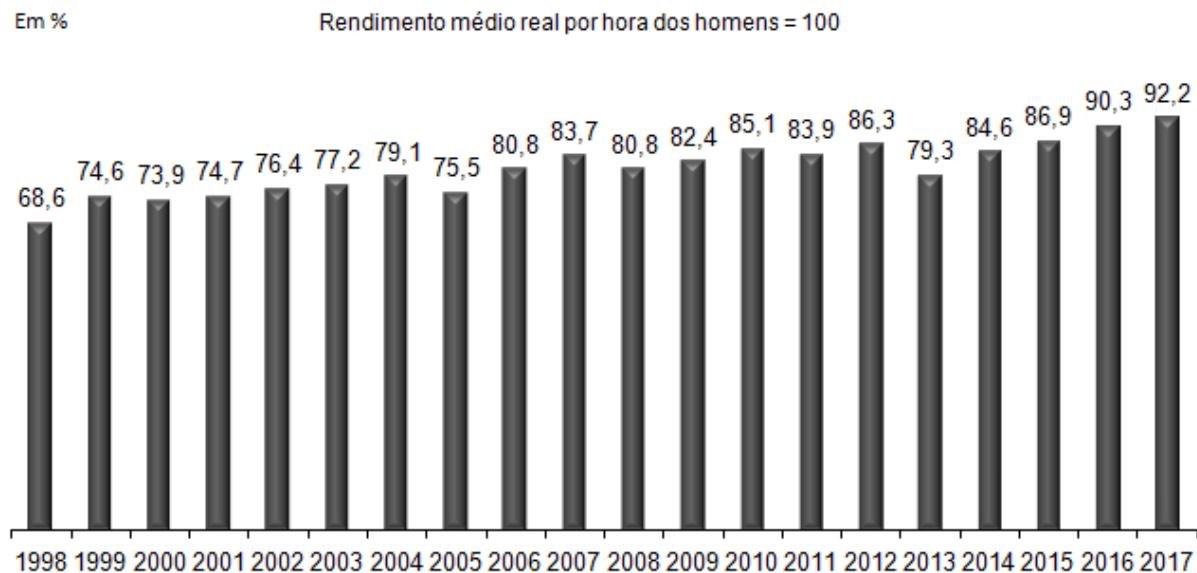
Fonte: PED-RMS – Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTb/FAT.

(1) Inflator utilizado - IPC - SEI, valores em reais de novembro de 2017.

(2) Excluem os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.

10. Considerando que as jornadas médias semanais são diferenciadas de acordo com a condição de gênero, onde as mulheres trabalharam, em 2017, em média, 39 horas semanais frente às 43 horas trabalhadas pelos homens, é plausível analisar o rendimento/hora, como forma de eliminar as discrepâncias causadas por essa diferença de jornada. Em 2017, o rendimento médio real por hora recebido pelas mulheres foi de R\$ 8,08, valor superior ao auferido em 2016, R\$ 7,85. No mesmo período, o rendimento/hora dos homens cresceu levemente de R\$ 8,69 para R\$ 8,76 (Tabela 3). No histórico da desigualdade de rendimentos entre os sexos, a distância entre os vencimentos das mulheres em relação aos dos homens diminuiu ao passar de 90,3% em 2016 para 92,2% em 2017, sendo esta a menor diferença entre os rendimentos de homens e de mulheres observada na série histórica da pesquisa. Cabe destacar que a redução na desigualdade de rendimentos entre mulheres e homens se deu pelo aumento mais intenso no rendimento feminino (Gráfico 5).

GRÁFICO 5: Proporção do Rendimento Médio Real por Hora no Trabalho Principal das Mulheres em Relação ao dos Homens
Região Metropolitana de Salvador - RMS
1998-2017



Fonte: PED-RMS – Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTb/FAT.

11. Como historicamente é observado, o rendimento médio auferido pelas mulheres foi inferior ao dos homens em todas estatísticas comparáveis. Em relação à posição na ocupação, a maior desigualdade de rendimentos mensais, em 2017, foi observada entre os Autônomos, com as mulheres recebendo apenas 64,9% do rendimento masculino (Tabelas 27 e 28 – Anexo Estatístico). Por outro lado, a proporção auferida pelas mulheres em relação aos homens é menos desigual no assalariamento, cujo rendimento feminino, em 2017, correspondeu a 93,0%. Entre os assalariados, há menor desigualdade no Setor privado com carteira de trabalho assinada (as mulheres receberam 89,9% do rendimento dos homens) que no Setor público (84,2%), e a maior diferença foi entre os assalariados no Setor privado sem carteira assinada (83,7%) (Tabela 4).

12. Entre 2016 e 2017, a distância entre o rendimento mensal de homens e de mulheres aumentou no assalariamento do setor privado sem carteira de trabalho assinada (88,7% para 83,7%) e no Setor público (de 91,8% para 84,2%), reduzindo-se no Setor privado com carteira de trabalho assinada pelo empregador (de 89,3% para 89,9%). Em relação aos setores de atividade econômica, a desigualdade foi maior na Indústria de Transformação, seguida dos Serviços e menor no Comércio. No período em análise, o rendimento médio das

mulheres apresentou elevação superior ao dos homens na Indústria de Transformação e nos Serviços, diminuindo o fosso existente entre seus vencimentos (de 73,7% para 76,4% e de 88,9% para 92,1%, respectivamente) e aumentando no Comércio e reparação (de 96,2% para 93,0%).

**TABELA 4: Rendimento Médio Real (1) dos Assalariados no Setor Público e Privado, por Setor de Atividade Econômica e Carteira de Trabalho Assinada e Não Assinada, Segundo o Sexo Região Metropolitana de Salvador - RMS
2016 e 2017**

Período	Total geral (2)	Total	Rendimento médio real trimestral dos assalariados (1)						Assalariados do Setor Público (6)	
			Assalariados no setor privado			Carteira de trabalho				
			Setor de atividade		Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas (4)	Serviços (5)	Assinada	Não assinada		
			Indústria de transformação (3)							
Homens										
2016	1.554	1.425	1.779		1.211	1.430	1.496	876	2.981	
2017	1.613	1.456	1.833		1.256	1.437	1.528	900	3.199	
Mulheres										
2016	1.461	1.260	1.312		1.165	1.271	1.336	777	2.736	
2017	1.500	1.292	1.401		1.168	1.324	1.373	753	2.695	
Variação 2017/2016 (%)										
Homens	3,8	2,2	3,0		3,7	0,5	2,1	2,7	7,3	
Mulheres	2,7	2,5	6,8		0,3	4,2	2,8	-3,1	-1,5	

Fonte: PED-RMS – Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT.

NOTA: 1. A captação da CNAE 2.0 domiciliar na PED iniciou-se em nov./10; ver Nota Técnica nº 1.

2. O inflator utilizado foi o IPC - SEI; valores em reais de novembro de 2017.

(1) Exclui os assalariados que não tiveram remuneração no mês e os empregados domésticos e inclui os estatutários e os celetistas que trabalham em instituições públicas (Governos Municipal, Estadual, Federal, empresa de economia mista, autarquia, fundação, etc.) e os que não sabem a que setor pertence a empresa em que trabalham. (2) Englobam empregados nos Governos Municipal, Estadual e Federal, nas empresas de economia mista, nas autarquias, etc. (3) Seção C da CNAE 2.0 domiciliar. (4) Seção G da CNAE 2.0 domiciliar. (5) Seções H a S da CNAE 2.0 domiciliar e excluem os serviços domésticos. (6) Englobam empregados nos Governos Municipal, Estadual e Federal, nas empresas de economia mista, nas autarquias, etc.

HISTÓRICO

A Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Salvador (PED-RMS)¹ produz informações sobre a estrutura e a dinâmica do mercado de trabalho desta região, mediante um levantamento mensal e sistemático sobre o emprego, o desemprego e os rendimentos do trabalho. Ao contrário de outras pesquisas, sua metodologia², ao privilegiar a condição de procura de trabalho, na caracterização da situação ocupacional dos indivíduos, permite captar formas de desemprego que são próprias de mercados de trabalho estruturalmente heterogêneos, como é o caso do brasileiro. Assim, por meio dela, pode-se evidenciar, além do desemprego aberto (o mais comum e conhecido), o desemprego oculto — por trabalho precário ou desalento³.

A PED-RMS é uma iniciativa do Governo do Estado da Bahia, realizada pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), órgão da Secretaria de Planejamento (Seplan) e da Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (Setre), em parceria com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade) e a Universidade Federal da Bahia (UFBA), esta última até outubro de 2009. A pesquisa é financiada com recursos orçamentários do tesouro do Estado da Bahia e do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), do Ministério do Trabalho (MTE), através do Sistema Nacional de Emprego (Sine-BA), conforme a Resolução nº 55, de 4 de janeiro 1994, do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat).

A Pesquisa coleta informações mensalmente, através de entrevistas com os moradores de 10 anos de idade ou mais, em 2.500 domicílios da Região Metropolitana de Salvador, resultando na aplicação de cerca de 9.000 questionários/mês.

A PED-RMS permite o acompanhamento de aspectos quantitativos e qualitativos da evolução do mercado de trabalho local. Seus resultados fornecem preciosas informações para a atuação de gestores do setor público, trabalhadores, empresários e estudiosos do mercado de trabalho, permitindo-lhes o acesso a informações essenciais para a tomada de decisões não apenas no que se refere à área do trabalho, mas também ao campo econômico e à política de emprego de um modo geral.

Pesquisas semelhantes, do ponto de vista metodológico, também são realizadas nas seguintes regiões metropolitanas: São Paulo (desde 1985), Porto Alegre (desde 1992), Brasília (desde 1991), Belo Horizonte (desde 1994), Recife (desde 1997) e Fortaleza (desde 2008). Essa metodologia comum foi desenvolvida pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) e a Fundação Seade — órgão da Secretaria de Planejamento do Governo do Estado de São Paulo —, que acompanham sistematicamente sua aplicação em todas essas regiões.

¹ Essa pesquisa já foi realizada anteriormente na RMS, no período 1987/1989. Sua retomada deu-se a partir de julho de 1996, com três meses de “pesquisa piloto”, que permitiu testar o funcionamento de todas as etapas do trabalho. A partir de outubro de 1996 iniciou-se a “pesquisa plena” que possibilitou as avaliações e análises do mercado de trabalho da RMS, por meio dos indicadores gerados no trimestre outubro-dezembro de 1996.

² Sobre a metodologia utilizada na pesquisa, ver:

TROYANO, A. A. et al. A necessidade de uma nova conceituação de emprego e desemprego: a pesquisa Fundação Seade/Dieese. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 2-6, jan./abr. 1985.

TROYANO, A. A. A trajetória de uma pesquisa: avanços e obstáculos. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 4, n. 3/4, p.69-74, jul./dez. 1990.

TROYANO, A. A. Pesquisa de emprego e desemprego: metodologia, conceitos e aferições dos resultados. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 6, n. 4, p. 123-134, out./dez. 1992.

³ Esses e outros conceitos utilizados na pesquisa estão expostos em Notas Metodológicas na página seguinte do presente boletim.

NOTAS METODOLÓGICAS

Plano amostral

A Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana Salvador (PED-RMS) tem como unidade amostral o domicílio da área urbana dos dez municípios que a compõem: Camaçari, Candeias, Dias D'Ávila, Itaparica, Lauro de Freitas, Madre de Deus, Salvador, São Francisco do Conde, Simões Filho e Vera Cruz. Estes municípios estão subdivididos em 17 distritos, 22 subdistritos, 165 zonas de informação (ZI) e 2.243 setores censitários (SC). A metodologia de sorteio produz uma amostra equiproporcional em dois estágios, sendo os setores censitários sorteados dentro de cada ZI e os domicílios dentro de cada SC. As informações de interesse da pesquisa são coletadas mensalmente, através de entrevistas realizadas com os moradores de dez anos de idade ou mais, em aproximadamente 2.500 domicílios, que representam uma fração amostral de 0,35% do total de domicílios da RMS. Em alguns casos, a significância pode atingir o âmbito municipal.

Médias trimestrais

Os resultados são divulgados mensalmente e expressam médias trimestrais móveis dos indicadores produzidos. Isto significa que as informações referentes a determinado mês representam a média dos dados coletados no último mês e nos dois meses que o antecederam.

Revisão de índice

A partir de agosto de 1997, as séries de índices das tabelas 5, 6, 7 e 12 foram revisadas com base nas novas estimativas demográficas, obtidas através da contagem da população realizada pelo IBGE em 1996. A partir de janeiro de 2007, as projeções de população foram ajustadas com base nos resultados definitivos do Censo 2000.

PRINCIPAIS CONCEITOS

PIA

População em Idade Ativa: corresponde à população com dez anos ou mais.

PEA

População Economicamente Ativa: parcela da PIA ocupada ou desempregada.

Ocupados

São os indivíduos que possuem:

- Trabalho remunerado exercido regularmente.
- Trabalho remunerado exercido de forma irregular, desde que não estejam procurando trabalho diferente do atual. Excluem-se as pessoas que, não tendo procurado trabalho, exerceram de forma excepcional algum trabalho nos últimos 30 dias.
- Trabalho não remunerado de ajuda em negócios de parentes, ou remunerado em espécie ou benefício, sem procura de trabalho.

Desempregados

São os indivíduos que se encontram numa das seguintes situações:

- Desemprego aberto: pessoas que procuraram trabalho de modo efetivo nos 30 dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum trabalho nos últimos sete dias.
- Desemprego oculto: (I) por trabalho precário: pessoas que realizam de forma irregular, ou seja, em caráter ocasional e eventual, algum trabalho remunerado (ou pessoas que realizam trabalho não remunerado em ajuda a negócios de parentes) e que procuraram mudar de trabalho nos 30 dias anteriores ao da entrevista, ou que, não tendo procurado neste período, o fizeram até 12 meses atrás; (II) por desalento: pessoas que não possuem trabalho e nem procuraram nos

últimos 30 dias, por desestímulos do mercado de trabalho ou por circunstâncias fortuitas, mas procuraram efetivamente nos últimos 12 meses.

Inativos (maiores de dez anos)

Correspondem à parcela da PIA que não está ocupada ou desempregada.

Rendimentos do trabalho

É captado o rendimento monetário bruto (sem descontos de imposto de renda e previdência) efetivamente recebido, referente ao trabalho realizado no mês imediatamente anterior ao da pesquisa. Para os assalariados, são considerados os descontos por falta ou acréscimos devido a horas extras, gratificações etc. Não são computados o décimo terceiro salário e os benefícios indiretos. Para os empregadores, autônomos e demais posições, é considerada a retirada mensal.

PRINCIPAIS INDICADORES

Taxa Global de Participação⁴

Relação entre a População Economicamente Ativa e a População em Idade Ativa (PEA/PIA). Indica a proporção de pessoas com dez anos ou mais incorporadas ao mercado de trabalho como ocupadas ou desempregadas.

Taxa de Desemprego Total⁴

Equivale à relação Desempregados/PEA e indica a proporção da PEA que se encontra na situação de desemprego aberto ou oculto. Todas as taxas de desemprego divulgadas, referentes a tipos específicos de desemprego (aberto ou oculto) ou a atributos pessoais selecionados, são calculadas como uma proporção da PEA.

Rendimentos

Divulga-se:

- Rendimento médio: refere-se à média trimestral do rendimento mensal real no trabalho principal. A média trimestral é calculada com base em valores nominais mensais, inflacionados pelo IPC-SSA (Sepplan/SEI) até o último mês do trimestre. Os dados de rendimento, investigados em cada mês, referem-se ao mês imediatamente anterior e, portanto, têm sempre esta defasagem em relação às demais informações da pesquisa. Por exemplo, os dados apurados no trimestre fevereiro-abril correspondem à média do período janeiro-março, a preços de março.
- Distribuição dos rendimentos: indica os valores máximos recebidos pelos 10% e 25% mais pobres, os valores mínimos recebidos pelos 25% e 10% mais ricos, e o rendimento mediano, que divide a população entre os 50% que têm os rendimentos mais baixos e os 50% que têm os rendimentos mais altos.

⁴ As taxas (desemprego, participação etc.) específicas, de acordo com atributos das pessoas (sexo, cor, idade, posição no domicílio), são calculadas como proporção do grupo de indivíduos com o mesmo atributo na PIA ou na PEA. A título de exemplo, a taxa de desemprego para os indivíduos com atributo X = desempregados com atributo X / PEA com atributo X.

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
Rui Costa dos Santos – Governador
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO
João Felipe de Souza Leão – Secretário
SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA
Eliana Boaventura – Diretora geral
Armando Affonso de Castro Neto – Diretor de Pesquisas
Jonatas Silva do Espírito Santo – Coordenador COPESE
SECRETARIA DO TRABALHO, EMPREGO, RENDA E ESPORTE
Olívia Santana – Secretária
SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO
Alexandro Reis – Superintendente
FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS
Maria Helena Guimarães de Castro – Diretora Executiva
Maria Alice B. Cutrim – Coordenadora do Sistema PED
DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS
Luis Carlos De Oliveira – Presidente
Clemente Ganz Lúcio – Diretor Técnico
Ana Georgina Dias – Supervisora Regional da Bahia
Lúcia Garcia – Coordenadora do Sistema PED

EQUIPE TÉCNICA DA PED-RMS

COORDENAÇÃO

Ana Maria S. Guerreiro (Coordenação PED/SEI)
Ana Margaret Simões (Coordenação PED/Dieese)

Equipe Técnica da SEI

Hildete Carla Borba Andrade
Lívia Silva Sousa
Luiz Chateaubriand C. dos Santos
Marcos dos Santos Oliveira

Endereço: Avenida Centro Administrativo da Bahia, 435 - CAB, 2º Andar. Salvador – BA. CEP: 41745-002 – Tel.: (71) 3115-4783
Fax: (71) 3116-1781 – E-mail: ped@sei.ba.gov.br / ped@dieese.org.br – Home Page: www.sei.ba.gov.br / www.dieese.org.br